

SES-MT

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
DO MATO GROSSO**

Comum aos cargos de Nível Médio:
Técnico em Enfermagem, Técnico em Farmácia,
Técnico em Imobilização Ortopédica (Técnico
em Gesso), Técnico em Saúde Bucal, Técnico em
Manutenção de Equipamentos Médico Hospitalares,
Técnico em Radiologia, Técnico em Patologia Clínica,
Técnico em Segurança do Trabalho Técnico em
Segurança do Trabalho, Técnico em Órtese e Prótese

**EDITAL - Nº 001/2023 - SES-MT,
DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023**

CÓD: SL-035JN-24
7908433247548

Como passar em um concurso público?

Todos nós sabemos que é um grande desafio ser aprovado em concurso público, dessa maneira é muito importante o concurseiro estar focado e determinado em seus estudos e na sua preparação. É verdade que não existe uma fórmula mágica ou uma regra de como estudar para concursos públicos, é importante cada pessoa encontrar a melhor maneira para estar otimizando sua preparação.

Algumas dicas podem sempre ajudar a elevar o nível dos estudos, criando uma motivação para estudar. Pensando nisso, a Solução preparou esta introdução com algumas dicas que irão fazer toda a diferença na sua preparação.

Então mãos à obra!

- Esteja focado em seu objetivo: É de extrema importância você estar focado em seu objetivo: a aprovação no concurso. Você vai ter que colocar em sua mente que sua prioridade é dedicar-se para a realização de seu sonho;
- Não saia atirando para todos os lados: Procure dar atenção a um concurso de cada vez, a dificuldade é muito maior quando você tenta focar em vários certames, pois as matérias das diversas áreas são diferentes. Desta forma, é importante que você defina uma área e especializando-se nela. Se for possível realize todos os concursos que saírem que englobe a mesma área;
- Defina um local, dias e horários para estudar: Uma maneira de organizar seus estudos é transformando isso em um hábito, determinado um local, os horários e dias específicos para estudar cada disciplina que irá compor o concurso. O local de estudo não pode ter uma distração com interrupções constantes, é preciso ter concentração total;
- Organização: Como dissemos anteriormente, é preciso evitar qualquer distração, suas horas de estudos são inegociáveis. É praticamente impossível passar em um concurso público se você não for uma pessoa organizada, é importante ter uma planilha contendo sua rotina diária de atividades definindo o melhor horário de estudo;
- Método de estudo: Um grande aliado para facilitar seus estudos, são os resumos. Isso irá te ajudar na hora da revisão sobre o assunto estudado. É fundamental que você inicie seus estudos antes mesmo de sair o edital, buscando editais de concursos anteriores. Busque refazer a provas dos concursos anteriores, isso irá te ajudar na preparação.
- Invista nos materiais: É essencial que você tenha um bom material voltado para concursos públicos, completo e atualizado. Esses materiais devem trazer toda a teoria do edital de uma forma didática e esquematizada, contendo exercícios para praticar. Quanto mais exercícios você realizar, melhor será sua preparação para realizar a prova do certame;
- Cuide de sua preparação: Não são só os estudos que são importantes na sua preparação, evite perder sono, isso te deixará com uma menor energia e um cérebro cansado. É preciso que você tenha uma boa noite de sono. Outro fator importante na sua preparação, é tirar ao menos 1 (um) dia na semana para descanso e lazer, renovando as energias e evitando o estresse.

A motivação é a chave do sucesso na vida dos concurseiros. Compreendemos que nem sempre é fácil, e às vezes bate aquele desânimo com vários fatores ao nosso redor. Porém tenha garra ao focar na sua aprovação no concurso público dos seus sonhos.

Como dissemos no começo, não existe uma fórmula mágica, um método infalível. O que realmente existe é a sua garra, sua dedicação e motivação para realizar o seu grande sonho de ser aprovado no concurso público. Acredite em você e no seu potencial.

A Solução tem ajudado, há mais de 36 anos, quem quer vencer a batalha do concurso público. **Vamos juntos!**

Língua Portuguesa

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Leitura, compreensão e interpretação de textos | 9 |
| 2. Estruturação do texto e dos parágrafos | 13 |
| 3. Articulação do texto: pronomes e expressões referenciais, nexos, operadores sequenciais | 13 |
| 4. Significação contextual de palavras e expressões | 15 |
| 5. Equivalência e transformação de estruturas | 15 |
| 6. Sintaxe: processos de coordenação e subordinação | 16 |
| 7. Emprego de tempos e modos verbais. Flexão nominal e verbal | 19 |
| 8. Pontuação | 24 |
| 9. Estrutura e formação de palavras | 26 |
| 10. Funções das classes de palavras. | 28 |
| 11. Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação | 36 |
| 12. Concordância nominal e verbal. | 37 |
| 13. Regência nominal e verbal | 38 |
| 14. Ortografia oficial. | 41 |
| 15. Acentuação gráfica | 44 |

Raciocínio Lógico-matemático

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações | 51 |
| 2. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos | 63 |
| 3. Operações com conjuntos. | 74 |
| 4. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais | 80 |

Noções de informática

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Noções básicas sobre hardware e software: conceitos, características, componentes e funções, memória, dispositivos de armazenamento, de impressão, de entrada e de saída de dados, barramentos interfaces, conexões, discos rígidos, pen-drives, CD-R, DVD, Blu-Ray, impressoras, scanner, plotters | 87 |
| 2. Conhecimentos básicos sobre os sistemas operacionais Microsoft Windows XP/7/8/8.1/10 BR: conceitos, características, ícones, atalhos de teclado, uso dos recursos. Conhecimentos e utilização dos recursos do gerenciador de pastas e arquivos (Windows Explorer/Computador) | 98 |
| 3. Conhecimentos sobre editores de texto Word x Writer, planilhas eletrônicas Excel x Calc e editor de apresentações Powerpoint x Impress (MS Office 2013/2016/2019 BR X Libre-Office v6.3 ou superior, em português, versões de 32 e 64 bits: conceitos, características, atalhos de teclado e emprego dos recursos) | 123 |
| 4. Redes de computadores e Web. Conceitos sobre Internet x Intranet x Extranet x e-mail x WebMail, características, atalhos de teclado e emprego de recursos de navegadores (browsers Internet Explorer 11 BR x Edge x Mozilla Firefox x Google Chrome nas versões atuais em português, de 32 e 64 bits), Outlook do pacote MSOffice 2013/2016/2019 BR x Mozilla Thunderbird em português, versões de 32 e 64 bits X Web Mail | 180 |
| 5. Segurança de equipamentos, de sistemas, em redes e na internet: conceitos, características, vírus, firewall, medidas de proteção | 198 |
| 6. Redes sociais: Facebook x Twiter x LinkedIn x Whatsapp | 215 |
| 7. Computação em Nuvem: conceitos, características, exemplos | 216 |

Noções de Administração Pública, Ética, Filosofia e Atualidades

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada | 223 |
| 2. Excelência nos serviços públicos: Gestão da Qualidade | 224 |
| 3. Gestão de resultados na produção de serviços públicos | 227 |
| 4. Aspectos fundamentais da comunicação: liderança, motivação, grupos, equipes e cultura organizacional | 228 |
| 5. Conduta profissional: comunicação verbal e apresentação pessoal | 241 |
| 6. O papel do servidor | 245 |
| 7. Constituição do Estado de Mato Grosso - Título II: dos direitos, garantias e deveres individuais e coletivos. | 251 |
| 8. Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei Complementar nº 04, de 15 de outubro de 1990) | 253 |
| 9. Cidadania: direitos e deveres do cidadão | 274 |
| 10. O cidadão como usuário e contribuinte | 283 |
| 11. Noções de Ética: Ética no exercício da função pública | 284 |

História e Geografia do Estado do Mato Grosso

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Geografia. A organização do espaço: a conquista e a expansão da Amazônia Colonial; a produção do espaço amazônico atual | 289 |
| 2. O espaço natural: estrutura geológica e características do relevo | 290 |
| 3. Ecossistemas florestais e não-florestais | 291 |
| 4. O clima | 291 |
| 5. A rede hidrográfica | 292 |
| 6. Aproveitamento dos recursos naturais e impactos ambientais | 292 |
| 7. Organização do espaço mato-grossense: posição geográfica; mesorregiões e microrregiões | 293 |
| 8. O processo de ocupação: aspectos geopolíticos e planos de desenvolvimento regional | 296 |
| 9. Aspectos socioeconômicos: crescimento da população; dinâmica dos fluxos migratórios e problemas sociais | 298 |
| 10. O extrativismo florestal (importância da biodiversidade; biodiversidade e manipulação genética para fins comerciais; ecoturismo) | 300 |
| 11. Extrativismo mineral; a produção agrícola: principais características; concentração fundiária e conflitos pela terra | 301 |
| 12. O processo de urbanização e redes urbanas | 302 |
| 13. Fontes de energia: potencial hidrelétrico, hidrelétricas e meio ambiente | 303 |
| 14. Análise dos diferentes modais de transporte | 303 |
| 15. Questões atuais: a questão indígena: invasão, demarcação das terras indígenas | 306 |
| 16. A questão ecológica: desmatamento, queimadas, poluição das vias hídricas, alterações climáticas | 307 |
| 17. História. As sociedades indígenas na época da conquista: origem e distribuição das populações indígenas; Grupos linguísticos e tribais; O modo de vida e a organização dos grupos tribais; Estimativas demográficas | 308 |
| 18. Conquista e colonização: as bases da colonização portuguesa: as ordens religiosas e a expansão bandeirante; a descoberta de ouro e os primeiros núcleos urbanos | 310 |
| 19. A política pombalina: Portugal Metropolitano; medidas pombalinas. Demarcações de limites: tratados de Madri e de Santo Ildefonso. A capitania de Mato Grosso | 312 |
| 20. O século XIX: a economia na primeira metade do século XIX | 313 |

ÍNDICE

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 21. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai: a participação de Mato Grosso | 314 |
| 22. República: definição das fronteiras; incorporação do Acre ao Estado Nacional Brasileiro; o Território de Rondônia | 317 |
| 23. A “marcha para oeste”: a integração pela ferrovia | 318 |
| 24. A construção de Brasília: repercussões. A integração pelas rodovias. As políticas de integração e os planos de desenvolvimento dos governos militares..... | 319 |
| 25. 1977: a divisão norte/sul. A dinâmica dos fluxos migratórios | 319 |
| 26. Séc. XXI: participação do Estado de Mato Grosso na economia brasileira | 320 |

Legislação

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes, estrutura e organização; políticas de saúde; Estrutura e funcionamento das instituições e suas relações com os serviços de saúde..... | 325 |
| 2. Níveis progressivos de assistência à saúde | 332 |
| 3. Políticas públicas do SUS para gestão de recursos físicos, financeiros, materiais e humanos | 332 |
| 4. Sistema de planejamento do SUS: estratégico e normativo | 333 |
| 5. Direitos dos usuários do SUS: participação e controle social..... | 334 |
| 6. Ações e programas do SUS | 336 |
| 7. Legislação básica do SUS..... | 337 |
| 8. Política Nacional de Humanização | 353 |
| 9. Organização do Sistema de Saúde do Estado de Mato Grosso: metas, programas e ações em saúde..... | 362 |

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS.

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

so. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:



ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma

RACIOCÍNIO LÓGICO -MATEMÁTICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS; DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES DAS RELAÇÕES FORNECIDAS E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES USADAS PARA ESTABELECEER A ESTRUTURA DAQUELAS RELAÇÕES

VISÃO SISTÊMICA

- *Deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações;*

- *Visa avaliar a habilidade do candidato em entender a estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios;*

- *Visa também avaliar se o candidato identifica as regularidades de uma sequência, numérica ou figural, de modo a indicar qual e o elemento de uma dada posição;*

- *Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.*

Pode-se afirmar que só para analisar o edital, tem-se um primeiro “susto”, o candidato não entende o que vai cair. Alguns perguntam se tem matéria para estudar, outros qual é a matéria. Observe que vai cair na prova conhecimentos do candidato se o mesmo entende a estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, ou eventos fictícios.

Entende-se por estruturas lógicas as que são formadas pela presença de proposições ou sentenças lógicas (são aquelas frases que apresentam sentido completo, como por exemplo: Homero é culpado).

Observe que a estrutura lógica vai ligar relações arbitrárias e, neste caso, nada deverá ser levado para a prova a não ser os conhecimentos de Lógica propriamente dito, os candidatos muitas vezes caem em erros como:

Se Ana foi à praia então Paulo foi pescar, ora eu sou muito amigo de uma Ana e de um Paulo e ambos detestam ir à praia ou mesmo pescar, auto induzindo respostas absurdas.

Dessa forma, as relações são arbitrárias, ou seja, não importa se você conhece Ana, Homero ou Paulo. Não importa o seu conhecimento sobre as proposições que formam a frase, na realidade pouco importam se as proposições são verdadeiras ou falsas.

Queremos dizer que o seu conhecimento sobre a frase deverá ser arbitrário, vamos ver através de outro exemplo:

Todo cavalo é um animal azul
Todo animal azul é árvore
Logo Todo cavalo é árvore

Observe que podemos dizer que se tem acima um argumento lógico, formado por três proposições categóricas (estas têm a presença das palavras Todo, Algum e Nenhum), as duas primeiras serão denominadas premissas e a terceira é a conclusão.

Observe que as três proposições são totalmente falsas, mas é possível comprovar que a conclusão é uma consequência lógica das premissas, ou seja, que se considerar as premissas como verdadeiras, a conclusão será, por consequência, verdadeira, e este argumento será considerado válido logicamente.

A arbitrariedade é tanta que na hora da prova pode ser interessante substituir as proposições por letras, veja:

Todo A é B
Todo B é C
Logo Todo A é C

A arbitrariedade ainda se relaciona às pessoas, lugares, coisas, ou eventos fictícios. Cobra-se no edital o ato de deduzir novas informações das relações fornecidas, ou seja, o aspecto da Dedução Lógica poderá ser cobrado de forma a resolver as questões.

Caro aluno, elaborar estratégia para inteirar-se sobre Raciocínio Lógico e uma visão sistêmica na hora de resolver uma questão é de suma importância para se obter o sucesso e acertar.

Nestes tipos de questões, envolvem-se interpretação de texto e todo o conhecimento em Raciocínio Lógico, haja vista que o objetivo é testar as habilidades de raciocínio dos candidatos, assim sendo, estude os seguintes tópicos:

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO

Este princípio tem como objetivo resolver determinados problemas de forma não algébrica, mas utilizando uma técnica baseada em raciocínio lógico, conhecida como **princípio da regressão** ou **reversão**.

Esta técnica consiste em determinar um valor inicial pedido pelo problema a partir de um valor final dado. Utiliza-se para resolução dos problemas as operações matemáticas básicas com suas respectivas reversões.

- Fundamento da regressão

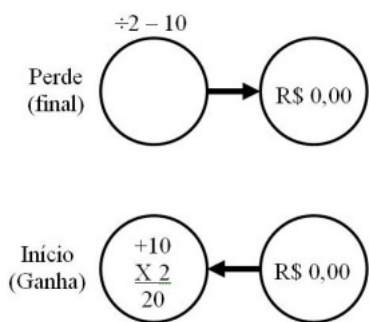
Utilizando as quatro operações fundamentais, podemos obter uma construção quantitativa lógica fundamentada no princípio da regressão, cujo objetivo é obter o valor inicial do problema proposto através da operação inversa.

Soma ↔ a regressão é feita pela **subtração**.
Subtração ↔ a regressão é feita pela **soma**.
Multiplificação ↔ a regressão é feita pela **divisão**.
Divisão ↔ a regressão é feita pela **multiplificação**.

Veja os exemplos abaixo:

1 – Uma pessoa gasta metade do seu capital mais R\$ 10,00, ficando sem capital algum. Quanto ela possuía inicialmente?

Solução:



No problema acima, a pessoa gastou em dinheiro (– R\$ 10,00), ou seja, houve uma perda. Pelo princípio da regressão, iremos supor que ele recuperará o dinheiro, para que possamos chegar à situação inicial (+ R\$ 10,00). Posteriormente, ele gasta metade do seu capital ($\div 2$). Para voltarmos a situação inicial devemos multiplicar por 2 o valor em dinheiro que ele possuía. Logo, $2 \times R\$ 10,00 = R\$ 20,00$.

2 – Um indivíduo fez uma promessa a São Sebastião, se este dobrar o seu dinheiro, ele doará R\$ 20,00 para a igreja, no final da 3ª dobra, nada mais lhe restará, quanto possuía o indivíduo inicialmente?

- (A) 14,50
- (B) 15,50
- (C) 16,50
- (D) 17,50
- (E) 18,50

Solução:

a) Solução Algébrica

Valor que possuía inicialmente: x

1ª dobra: $2x - 20$

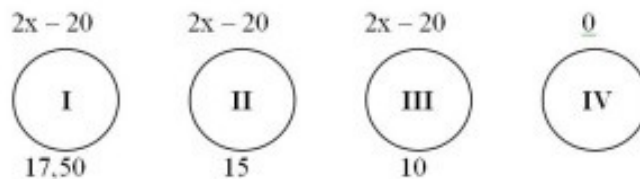
2ª dobra: $2(2x - 20) - 20$

3ª dobra: $2[2(2x - 20) - 20] - 20 = 0$

Resolvendo a equação encontramos $x = 17,50$

Resposta: Inicialmente o indivíduo possui R\$17,50

b) Solução pelo método da regressão



Pelo método da regressão, vamos abordar o problema do final para o início, ou seja, partiremos do passo IV até o passo I.

IV) Se no final restou 0, significa que todo o dinheiro foi doado.

III) No terceiro passo, ele dobrou o capital que tinha e deu 20 reais para a igreja, fazendo a regressão, podemos dizer se ele deu 20 reais para a igreja (representar – 20), então, ele os possuía inicialmente 20 (representar +20). Como ele dobrou o capital, temos agora que reduzi-lo a metade ($20 \div 2$) = 10. Conclusão: na terceira etapa ele possuía 10 reais, que dobrados originaram 20 reais. Como doou 20 reais, ficou com nada no quarto passo.

II) No segundo passo, ele já possuía 10 reais, mas doou 20 para a igreja (-20) e ao recuperá-lo ficou com $10 + 20 = 30$. Como ele dobrou o capital, temos agora que reduzi-lo a metade ($30 \div 2$) = 15. Conclusão: na segunda etapa ele possuía 15 reais, que dobrados originaram 30 reais. Como doou 20 reais, ficou com 10 no terceiro passo.

I) Inicialmente, ele possuirá os 15 reais mais 20 reais que serão recuperados, ou seja, 35 reais e reduzir o capital pela metade ($35 \div 2$) = 17,50.

Resposta: Inicialmente, possuía R\$ 17,50.

Gabarito: D

Outros métodos:

2- Tabela verdade e equivalência lógica, negação e validade de um argumento.

3- Regras de Inferência

4- Diagramas de Euler-Venn

O candidato deve ficar atento, após o entendimento da tabela verdade, este deve saber aplicar as regras de inferência, diagramas de Venn, equivalência e negação, assim ele verificará que não existe lógica pelas frases ou suas interpretações, veja o modelo abaixo(caso 1 e 2).

Caso 1: validade de um argumento

Um argumento é válido caso satisfaça duas condições:

I – A proposição 1, a proposição 2 e a conclusão (p_1, p_2, C), têm pelo menos uma linha verdadeira quando construída a sua tabela-verdade.

II – ($p_1 p_2$) \rightarrow C é tautológica, caso contrário, temos um **sofisma**.

Nota: argumento possui 3 premissas no mínimo e uma conclusão e silogismo 2 premissas e uma conclusão, assim de início chamarei o silogismo de argumento sem o rigor da definição, pois a preocupação é quanto a validade, e percebe que não há correlação com o português, mas sim com a estrutura.

Exemplo:

Verifique se o argumento (silogismo) abaixo é válido:

Premissa 1 (P_1): pvq

Premissa 2 (P_2): $\sim q$

Conclusão (C): p

Condição I: P_1 , P_2 e C devem ter pelo menos uma linha da tabela-verdade toda verdadeira.

| $P_1: pvq$ | $P_2: \sim q$ | C: p |
|------------|---------------|--------|
| V | F | V |
| V | V | V |
| V | F | F |
| F | V | F |

Condição II: $(p_1 p_2) \rightarrow C$ deve ser tautológica

| $(pvq) \sim q$ | \rightarrow | p |
|----------------|---------------|-----|
| F | V | V |
| V | V | V |
| F | V | F |
| F | V | F |

Resposta: O argumento é válido, pois satisfaz as duas condições.

1) Verifique se os argumentos abaixo são válidos:

p_1 : hoje é sábado ou domingo.

p_2 : hoje não é sábado.

C: hoje é domingo.

Solução:

Construindo a tabela, temos:

| $p_1: pvq$ | $p_2: \sim p$ | C: q |
|------------|---------------|--------|
| V | F | V |
| V | F | F |
| V | V | V |
| F | V | F |

De acordo com a tabela, podemos garantir que o argumento é válido, pois existe pelo menos uma linha toda verdadeira (V, V, V) e a verdade das premissas (V, V) garante a verdade da conclusão (V).

Gabarito: V, pois o argumento é válido.

2) É correto o raciocínio lógico dado pela sequência de proposições seguintes:

Se Célia tiver um bom currículo, então ela conseguirá um bom emprego.

Ela conseguiu um bom emprego.

Portanto, Célia tem um bom currículo.

Solução:

| $p_1: p \rightarrow q$ | $p_2: q$ | C: p |
|------------------------|----------|--------|
| V | V | V |
| F | F | V |
| V | V | F |
| V | F | F |

Neste caso, a primeira condição é satisfeita, ou seja, temos uma linha toda verdadeira (V, V, V). No entanto, a verdade das premissas, além de garantir a verdade da conclusão, também garantiu a sua falsidade, havendo assim uma contradição (também conhecido como princípio do terceiro excluído).

Exemplo:

| p_1 | p_2 | C |
|-------|-------|---|
| V | V | V |
| V | V | F |

A conclusão não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo, logo o argumento não é válido.

Gabarito: F

Caso 2

- DIAGRAMAS DE VENN- EULER – EXPRESSÕES CATEGÓRICAS

As expressões categóricas são:

TUDO

ALGUM

NENHUM

NOTA: Deve ficar claro que a negação destas expressões não tem nenhuma relação com a gramática, língua Portuguesa ou relação com o seu antônimo como todo, nenhum ou coisa do gênero, na verdade a negação destas expressões tem relação direta com a cisão topológica do diagrama, podendo ainda ser associada à mecânica dos fluidos no que se refere a volume de controle, para não entrarmos no contexto da física será feito apenas uma abordagem topológica da estrutura.

Caso 1: Negação da expressão Nenhum

Qual a negação da proposição: “Nenhum rondoniense é casado”

i) deve ficar claro que a negação de nenhum não é todo ou pelo menos um ou qualquer associação que se faça com o português, a topologia da estrutura nos fornecerá várias respostas, vejamos:

Possíveis negações: Negar a frase é na verdade verificar os possíveis deslocamentos dos círculos.

I) pelo menos 1 rondoniense é casado

II) algum rondoniense é casado

III) existe rondoniense casado

IV) Todo rondoniense é casado

V) Todo casado é rondoniense

Definir:

A = Rondoniense

B= Casado

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE HARDWARE E SOFTWARE: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, COMPONENTES E FUNÇÕES, MEMÓRIA, DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO, DE IMPRESSÃO, DE ENTRADA E DE SAÍDA DE DADOS, BARRAMENTOS INTERFACES, CONEXÕES, DISCOS RÍGIDOS, PEN-DRIVES, CD-R, DVD, BLU-RAY, IMPRESSORAS, SCANNER, PLOTTERS

HARDWARE

O *hardware* abrange a parte física, ou seja, todos os componentes presentes em um computador, sejam eles internos (placas, drives) ou externos (periféricos). De forma geral, um microcomputador é composto por:

- Gabinete;
- Fonte de Energia;
- Placa Mãe;
- Disco Rígido (HD - *Hard Drive* ou *Winchester*);
- Drive CD/DVD;
- Periféricos.

Gabinete

Na maioria das vezes, constituído em aço ou alumínio, o gabinete consiste em uma caixa metálica, onde são alojados os componentes internos de um computador.

E internamente, possuem espaço para acomodar:

- A fonte de energia, normalmente na parte superior traseira;
- As placas, que são parafusadas em sua estrutura, como a placa mãe e placas de rede e vídeo;
- Coolers (ventiladores), espalhados por sua estrutura;
- Drivers de CD/DVD ou Blu-Ray, disquetes, leitores de cartão, discos rígidos e/ou SSDs.

Externamente, costumam apresentar em sua parte frontal:

- Botão para ligar o computador ("*Power*");
- Botão Reset;
- Led indicador de "*Power On*";
- Led indicador de acesso ao disco rígido, que oscila de acordo com o acesso ao mesmo;
- Botão de entrada para portas USBs e HDMI.

Curiosidade: gabinetes mais antigos tinham ainda um botão "*Turbo*", assim como um led "*turbo on*" e um visor que mostrava os MHz que o computador estava trabalhando (modo turbo ou não).

Tipos de gabinetes

Mini Tower: gabinetes pequenos, que ocupam pouco espaço físico. Possuem poucas baias, ideal para computadores pessoais de pequeno porte e que não exijam muito espaço interno. Comportam placas mãe Mini ITX.



Mid Tower: os Mid Tower são os tipos mais comuns dentre os gabinetes montados. Pouco menores que os Full Towers, possuem aproximadamente 18 polegadas de altura e 2 a 4 baias externas.



Full Tower: gabinetes bem grandes, usados quando há demanda de mais espaço interno, com refrigeração superior. São geralmente utilizados em computadores voltados a jogos e também para uso em servidores.



Casemods: formado pela junção de “Case” (caixa, gabinete) e “Mod” (contração de *modification/modificação*) consiste em gabinetes modificados ou fabricados sob demanda, personalizados ou diferenciados, não possuindo um tamanho padrão.



Observação: grande parte dos gabinetes padrões já vem com uma fonte de energia ATX básica, normalmente de 200/230W.

Fonte de Alimentação

É o dispositivo que gerencia eletricidade ao computador, convertendo a tensão alternada fornecida pela rede elétrica (CA ou AC: 110/220V) em contínua (CC ou DC: + 3,3V + 5V, + 12V e - 12V), de acordo com o componente. Algumas possuem uma chave seletora de tensão CA, outras são bivolt automáticas ou “Auto Range” que funcionam em qualquer tensão CA entre 100 e 240V. Existem ainda casos menos comuns de fontes monovolt, sem chave seletora.

Na maioria dos casos, a seleção automática de tensão é realizada através do circuito PFC Ativo.



Fonte comum com chave seletora de tensão.



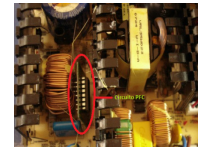
Fonte bivolt automática com PFC Ativo.

PFC ou *Power Factor Correction* (fator de correção de força), consiste em um método de reduzir perdas de energia, aumentando a eficiência da alimentação da fonte, gerando menos calor e demandando menor necessidade de refrigeração, o que torna as fontes mais silenciosas, econômicas e eficientes. Uma fonte comum (genérica) pode ter eficiência de energia entre 50% e 60%, chegando a perdas de energia de 50%.

As fontes com PFC Passivo apresentam entre 70% e 80% de eficiência e perdas de até 30%, com um capacitor, filtra a entrada de corrente AC, corrigindo fatores de potência mais fracos. Neste caso, a fonte possui chave seletora de tensão.

As fontes de PFC Ativo ficam entre 95% e 99% de eficiência e no máximo 5% de perdas¹, através de um circuito corrige o fator de potência, reduzindo interferências e corrigindo automaticamente a entrada de corrente AC, com seleção de tensão automática.

A fonte é interligada a energia elétrica através de um cabo de força que, no Brasil tem plugues do padrão ABNT NBR 14136:2002, que consiste em uma versão com os dois plugues redondos mais comuns e outra versão mais recente, obrigatória desde 2010 com a adição de um pino terra.



Detalhe na foto que representa o circuito PFC.

Atenção: normalmente um componente negligenciado na hora de se montar um computador, como uma fonte de baixa qualidade, por exemplo, pode causar problemas sérios, como travamentos, danos ao disco rígido, etc.

Padrões de fonte

Os diferentes padrões de fontes são definidos tanto pelo tamanho quanto por seus conectores, vejamos:

ATX: lançado pela IBM em meados de 1984, foi o modelo padrão até surgirem as fontes ATX. O cabo de alimentação principal interligado à placa mãe se dividia em duas partes (que unidas totalizavam 12 pinos), sempre demandavam o cuidado por unir os cabos de coloração preta para correto encaixe, apresentando, como vimos anteriormente, o conector de 12 pinos, o conector de drives, periféricos e o conector de disquete;

ATX: lançado pela Intel em 1996, o padrão ATX introduziu placas mãe de novos formatos, exigindo assim novos gabinetes ATX em detrimento aos gabinetes AT. As novas fontes de alimentação tinham conectores de 20 pinos e as “tensões de *standby*”, que mantinham a saída sempre ligada, mesmo com o computador desligado,

¹ Valores referentes a eficiência no fator de correção de força e não à eficiência total que, no caso de uma fonte com PFC ativo chega a 90%.

o que permitia o desligamento do computador sem a necessidade de pressionarmos o botão para desligar. Possuía conector de 20 pinos para a placa mãe, conector de *drives*, periféricos e o conector de disquete;

ATX 12V v1.x: foram introduzidos conectores extras devido à demanda maior de energia por parte dos processadores mais modernos, um de 4 pinos de 12V e um auxiliar de 6 pinos, além de introduzirem um conector de alimentação SATA (Serial ATA);

ATX 12V v2.x: o conector da placa mãe aumenta para 24 pinos e surge o conector PEG, devido ao lançamento do barramento PCI Express;

EPS 12V: é introduzido um novo conector de alimentação a processadores, podendo ser EP 12V e - ATX 12V v2.x ao mesmo tempo.

Além destes, existem outros tipos que se diferem pelo tamanho, por serem destinadas a computadores de tamanho reduzido como a CFX 12V (Compact Form Factor - Padrão Compacto) que possui formato em L, a TFX 12V (Thin Form Factor – Padrão Fino) e a SFX 12V (*Small Form Factor* – Padrão Pequeno), todas elas seguindo os padrões de conectores ATX 12V v2.x.

Ventilação

As fontes básicas ou genéricas, por padrão, possuem coolers (ventoinhas) de 80mm em sua parte traseira, que são substituídos em alguns modelos (principalmente nos de maior potência) por um de 120mm na parte de baixo da fonte.



Fontes com cooler de 80 e 120 mm, respectivamente.

Processador

Processador ou CPU - *Central Processing Unity* (Unidade Central de Processamento) é o componente responsável pelo processamento dos dados e transformação em informação que, através da placa mãe, passa instruções do que deve ser feito de acordo com a função correspondente, seja ao monitor, à impressora, etc. Em outras palavras, o processador executa os cálculos e toma as decisões lógicas, por isso é conhecido como “cérebro” do computador.

Feito em silício, este *chip* acessa e utiliza outros componentes como memória e dispositivos de entrada/saída. Ao acessar um programa (*software*), o processador executa inúmeras operações para que a função seja executada, transferindo os dados necessários à execução de um dispositivo, por exemplo ao disco rígido, para a memória e a partir daí a função é executada de acordo com a finalidade do programa.

Características

Frequência ou velocidade do processador: capacidade do processador de processar informações ao mesmo tempo. Medida em Hz, o *clock* (velocidade) interno serve para sincronizar as atividades a serem executadas, cadenciadas por pulsos de *clock*, que ditam a ordem em que as tarefas serão executadas.

Em relação as medidas, Hz indica o número de ciclos dentro de determinado tempo que neste caso são segundos. Desta forma:

1 KHz -> 1.000 Hz

1 MHz -> 1.000 KHz -> 1.000.000 Hz

1 GHz -> 1.000 MHz -> 1.000.000 KHz -> 1.000.000.000 Hz

Por exemplo, se um processador tem frequência de 1 GHz, significa que pode chegar a trabalhar a 1 bilhão de ciclos por segundo.

Daqui saem expressões como Intel Core I5 3,4 GHz, AMD FX 6300 3,6 GHz, etc.

Modelos de processadores

Core: consiste no núcleo do processador. Antigamente, a velocidade de um computador era medida através de seu *clock* interno que, ao atingir determinada frequência, tornava-se difícil o desenvolvimento de *chips* mais rápidos, por limitações físicas e tecnológicas, por exemplo, o dispositivo gera mais calor à medida que aumenta-se sua frequência, além da diferença entre a velocidade da memória e do processador, juntamente com a estreita banda de dados que chegava a demandar 75% de uso na espera por resultados de acesso à memória.

A principal forma de lidar com este problema foi criar núcleos *multicore*, ou seja, *chips* com 2, 4 ou mais núcleos. Um processador multinúcleo trabalha como se existisse mais de um processador no mesmo *chip*, facilitando a execução de mais de uma tarefa ao mesmo tempo, o que era possível nos processadores com núcleo único, só que eram dados intervalos de tempo a cada processo.

Gerando, além de um dispositivo multitarefa mais eficiente, menos emissão de calor, com um núcleo trabalhando em menor velocidade que o outro, compartilhamento de memória *cache*, etc.

Estes núcleos podem trabalhar ainda de maneira alternada, apesar de serem iguais tecnicamente, além de não ser necessário a utilização de todos ao mesmo tempo, por exemplo na tecnologia *Turbo Boost*, desenvolvida pela Intel, onde os núcleos que não estiverem ociosos entram em modo turbo, com frequências aumentadas, acelerando o processo em execução. Um *chip* com 2 ou mais núcleos não trabalha com uma frequência maior e sim com dois núcleos distintos. Se o processador é um *dual core* 2,8GHz, por exemplo, trabalha como dois núcleos individuais a 2,8GHz e não 5,6GHz.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, ÉTICA, FILOSOFIA E ATUALIDADES

CONVERGÊNCIAS E DIFERENÇAS ENTRE A GESTÃO PÚBLICA E A GESTÃO PRIVADA

Para tentar entender as principais diferenças entre os dois modelos de administração, acredita-se que o “ponto de partida” está na própria finalidade de cada uma das duas esferas de ação, ou seja, o Estado se define pelo seu objetivo de bem comum ou interesse geral que, no caso do Brasil, está explícito na Constituição Federal¹.

Inclusive destaca-se sobre a importância do preâmbulo da Constituição Federal Brasileira, quando estabelece a razão de ser do Estado brasileiro:

Um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Ainda de acordo com a Constituição Federal, no artigo 3º determina os principais objetivos fundamentais do Brasil, dentre eles:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Sob esse prisma, observa-se que todas as constituições modernas fazem a definição do Estado de um modo semelhante, sendo que a maioria dessas constituições foram inspiradas na dos Estados Unidos que, em 1787, onde foi estabelecida no seu preâmbulo os objetivos nacionais: formar uma União perfeita, estabelecer a justiça, assegurar a tranquilidade interna, prover a defesa comum, promover o bem-estar geral, além de garantir os direitos referentes a liberdade.

Todavia, todos esses fatos, sabe-se que não são considerados como finalidades de uma empresa, que tem como sua definição, uma organização de recursos materiais, financeiros, humanos e tecnológicos, destinada a produzir um bem ou prestar um serviço para, em geral, obter um ganho econômico. Neste sentido, entende-se que fatores ligados a racionalidade bem como a própria essência da atividade estatal são caracterizadas por serem diferentes da gestão de empresas.

Sendo que a relação existente das organizações governamentais perante o seu público não pode ser vista como um provedor com um cliente. A gerência pública refere-se a dependentes, cida-

dãos, fornecedores, presidiários, contribuintes, bem como aqueles indivíduos que recebem benefícios e subsídios, como no caso dos clientes, além do mais, a proximidade não é sempre uma característica desejável para essas relações.

A questão para a gerência pública está no fato de construir relacionamentos apropriados entre as organizações e seus públicos, todavia nessa relação quem é considerado como o “chefe” dos burocratas é o político e não o cidadão. No governo, a prova definitiva para os administradores não pode ser o produto ou então um ganho, mas sim precisa ser vista como a reação favorável dos políticos eleitos.

Além disso, como eles são motivados geralmente pelos grupos de interesses, os administradores públicos no caso, ao contrário dos gerentes de empresas, precisam incluir os grupos de interesse na sua “equação”, no que tange ao seu trabalho. Não é à toa que é por esses motivos que um governo democrático e aberto tem movimentos mais lentos se comparados aos das empresas, cujos administradores podem tomar decisões rapidamente e a portas fechadas.

Existem diferenças entre as questões da administração pública e privada, sendo que um desses fatores está ligado à motivação, visto que, esse fator nos chefes do setor público é a reeleição, enquanto os empresários têm como fim último o lucro. A missão fundamental do governo é ‘fazer o bem’, e o da empresa é “fazer dinheiro”.

Assim, apresenta-se uma visão similar quando afirma que as burocracias públicas são totalmente diferentes das firmas privadas num aspecto fundamental, que contribui de certa forma para a possibilidade de uma supervisão mais efetiva. Os serviços estatais geralmente são executados e produzidos por meio de uma burocracia, no qual os membros normalmente são indicados por políticos, por isso acredita-se que o controle dos cidadãos sobre a burocracia só poderá ser de fato indireto, isto é, pelo fato que as instituições democráticas não contêm mecanismos que permitam que os cidadãos sancionem diretamente as ações legais dos burocratas.

Na verdade, o que pode acontecer é os cidadãos poderem avaliar o desempenho da burocracia ao sancionarem, pelo voto, os políticos eleitos.

— Elementos de diferenciação

Considera-se que existem vários elementos que são fundamentais para a diferenciação das duas formas de administração. Logo, de um modo geral, as empresas privadas pautam sua ação pelo planejamento e gestão estratégicos.

Neste sentido, destaca-se que a administração pública está baseada em função de sistemas de planejamento governamental mais rígido, no qual se orientam por princípios gerais previstos na Constituição, e, por sistemas de política pública. No setor público existem sistemas mais abrangentes de planejamento em alguns setores, como por exemplo, o elétrico, transporte, industrial e dentre outros.

¹ *Gestão de organizações públicas, privadas e da sociedade civil [curso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.*

Assim, a empresa privada tem como objetivo principal a realização da sua atividade principal de produção de um bem ou de prestação de um serviço, e, como finalidade mediata, captar um lucro econômico para a sua organização. Ainda, uma organização pública também tem como objetivo essencial a realização do cumprimento de sua missão institucional, para, através dela, obter o bem da comunidade e servir ao interesse geral.

Por isso que muitos autores acreditam que partem dessa premissa o interesse de mobilizador da empresa privada seja a lucratividade e o das organizações públicas seja a efetividade. Abaixo, resumem-se as principais diferenças e relação a esse tipo de organização.

Diferenças dos Modelos de administração do setor privado e do setor público

| Modelo do Setor Privado | Modelo do Setor Público |
|--------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| Escolha individual no mercado | Escolha coletiva na sociedade organizada |
| Demanda e preço | Necessidade de recursos públicos |
| Caráter privado da decisão empresarial | Transparência da ação pública |
| A equidade do mercado | A equidade das necessidades |
| A busca da satisfação do mercado | A busca da justiça |
| Soberania do consumidor | Cidadania |
| Competição como instrumento do mercado | Ação coletiva como instrumento da sociedade organizada |
| Estímulo: possibilidade de o consumidor escolher | Condição: consumidor pode modificar serviços públicos |

No que se refere ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil, observa-se que o referido plano conseguiu sustentar praticamente a mesma linha de pensamento, quando afirmava que: “enquanto a receita das empresas depende dos pagamentos que os clientes fazem livremente na compra de seus produtos e serviços, a receita do Estado deriva de impostos, ou seja, de contribuições obrigatórias, sem contrapartida direta”. Desse modo, entende-se que na medida em que o mercado controla a administração das empresas, a sociedade, através da eleição de políticos é responsável por controlar a administração pública.

Diferente por exemplo da administração de empresas, já que a mesma tem o seu objetivo voltado principalmente para o lucro privado, além da maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que ao longo do tempo, por meio do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público.

Também é muito importante mencionar a influência direta que o Plano Diretor teve e ainda mantém na administração pública brasileira, no âmbito federal e, especialmente, em vários estados e cidades. Portanto, considera-se que ao se mencionar do ponto de vista da propriedade, o patrimônio da empresa é privado, enquanto

que da organização pública é público, sendo que, o regime jurídico aplicável para a empresa é de direito privado e para a organização pública, pelo menos, em princípio, é o direito público.

Logo, as pessoas que trabalham em instituições privadas estão regidas pelo direito trabalhista (CLT) e as pessoas que trabalham pela administração pública é, em princípio, estatutárias ou de direito público.

EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS: GESTÃO DA QUALIDADE

— Prêmios da qualidade públicos

A partir da década de 80, governos de diversos países começaram a implementar um conjunto de ideias que ficou conhecido como a „nova administração pública – NPM, do inglês, *New Public Management*. O objetivo principal dessa doutrina é o de modernizar a administração pública de forma a propiciar mais benefícios ao cidadão².

As principais diretrizes da NPM são: administração visível e profissional, utilização de medidas e padrões de desempenho, maior ênfase no controle de resultados, desagregação de unidades para melhor administrar, aumento da competição no setor público (principalmente, em licitações e parcerias), foco na utilização dos estilos de gestão da iniciativa privada, e maior disciplina e economia no uso dos recursos públicos.

Desde então, o serviço público caminha, cada vez mais, no sentido de modernizar suas práticas de gestão. Para execução dessa tarefa, a gestão da qualidade é uma importante aliada, pois traz conceitos que auxiliam na consecução de objetivos com uma melhor utilização de recursos. Na aplicação da gestão da qualidade em serviços públicos, é importante que se alinhe esses conceitos com as políticas a serem implementadas e com as expectativas dos cidadãos.

Dessa maneira, é preciso melhorar internamente, sem perder, porém, o foco externo. Portanto, além de boas políticas, é necessário que as organizações adotem boas práticas de gestão, alinhadas à estratégia traçada, com a possibilidade de medição de desempenho.

Aplicar a gestão da qualidade a serviços é um desafio, tanto para o setor privado quanto para o público. Em uma pesquisa realizada, onde usuários atribuíram notas a alguns serviços públicos e privados oferecidos no Estado da Geórgia (EUA), apesar do estereótipo consagrado de que os serviços públicos possuem um nível de desempenho abaixo do nível privado, esses recebem notas semelhantes às atribuídas à iniciativa privada em processos de prestação de serviços.

Além disso, as notas atribuídas pelas pessoas que não utilizaram o serviço público (baseadas apenas na sua percepção) foram menores do que as notas das pessoas que os haviam utilizado recentemente. A melhoria na qualidade dos serviços públicos beneficia, além do cidadão, o funcionário público.

Estudos demonstraram, por meio de uma pesquisa realizada com 274 gestores públicos, que a motivação dos funcionários está diretamente relacionada com o ambiente da organização. Uma organização pública que consegue manter um alto nível de motivação e uma boa imagem perante a sociedade facilita o recrutamento de novos funcionários e aumenta o comprometimento com o serviço público.

² <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/97354/000919637.pdf?sequence=1>

Os agentes públicos tendem a ter um perfil pessoal e profissional diferente daquelas que optam pela iniciativa privada. Gestores públicos tendem a ser menos sensíveis a incentivos financeiros do que os seus pares privados.

Para que ocorra a motivação dos agentes públicos, é necessário que eles sintam que prestam um serviço que agrega valor à sociedade, e não apenas servem à burocracia. Dessa forma, é importante um trabalho de comunicação que permita a esses agentes visualizar os benefícios que trazem para a sociedade.

Nesse processo, a gestão da qualidade é válida, pois aumenta a eficiência da prestação de serviços, melhora a comunicação organizacional e focaliza resultados. Qualidade já é um requisito básico para a existência das empresas da iniciativa privada.

Em alguns mercados, uma qualidade superior significa, ainda, um diferencial competitivo. A disseminação dessa filosofia nas empresas ocorreu, em grande parte, devido à criação dos prêmios da qualidade.

Neste momento, para que os governos sirvam à população com qualidade, os prêmios da qualidade públicos estão sendo utilizados enquanto estratégia gerencial. Um prêmio da qualidade público pode ser definido como um instrumento que incentiva inovação e desempenho no setor público, por meio da identificação de organizações públicas com excelência em serviços.

Dessa forma, introduz competição em setores que não possuem concorrência e incentivam o aprendizado organizacional, pois as companhias que se destacam mostram suas virtudes para outras organizações, participantes ou não da premiação. Boa parte das premiações da qualidade premiam tanto organizações privadas quanto as públicas.

O que motiva a criação de prêmios exclusivamente públicos é o fato de as restrições desse ambiente serem diferentes das do ambiente privado. Fundamentalmente, o setor público pertence a uma comunidade, enquanto o setor privado pertence a um empresário ou grupo de acionistas.

Além disso, os serviços públicos são custeados, majoritariamente, com recursos de impostos, enquanto que os serviços privados são sustentados pelos valores pagos pelos clientes. Assim, as organizações públicas são guiadas, principalmente, por forças políticas ao invés de forças econômicas, gerando diferentes fontes de autoridade, que podem ser conflitantes.

Tais características influenciam no modo de administração. Na administração privada, os empresários ou sócios procuram controlar o negócio diretamente, e os administradores possuem benefícios financeiros diretos de um bom resultado da companhia, seja através de ações ou de programas de incentivo. Na administração pública, geralmente, os administradores não obtêm benefícios financeiros de um bom resultado alcançado na instituição.

Outro entrave é a burocracia, que tende a ser maior no setor público, devido à necessidade de controle sobre o patrimônio público. Muitas vezes, essa característica pode levantar barreiras à busca de inovações, ou, ainda, uma preocupação excessiva com regras e processos ao invés de resultados.

Por fim, o horizonte de planejamento, geralmente é curto, dada a instabilidade decorrente do fato de as forças políticas mudarem periodicamente. Em relação à medição da qualidade em serviços públicos, definem-se dez dimensões principais: acesso ao serviço (p.ex., localização, tempo de espera, disponibilidade, dentre outros), nível de comunicação (associado à linguagem simplificada, mas que mantenha o rigor à legislação), sistema administrativo inteligível (por meio de processos simplificados com informação

suficiente e de boa qualidade), respostas flexíveis e rápidas (realização de adaptação quando as necessidades dos cidadãos mudam), receptividade aos serviços (privilegiando o envolvimento dos cidadãos na definição dos serviços), competência do pessoal que presta o serviço (habilidade técnica do servidor), polidez e gentileza do pessoal (que é um elemento-chave na qualidade de um serviço), credibilidade (no setor público, requer tratamento igualitário e profissionalismo).

Possui relação direta com a imagem da organização), confiabilidade e responsabilidade (consistência e precisão na prestação do serviço), e segurança e qualidade dos aspectos tangíveis (instalações adequadas, acesso a pessoas deficientes, por exemplo, e que passem uma imagem de serviço de qualidade, mobiliário, por exemplo).

Quanto à medição de desempenho, no setor privado ela ocorre de forma mais simples, visto que pode-se utilizar resultados financeiros como forma de comparação, enquanto que, no setor público, há que se considerar resultados para os diferentes interessados (usuários do serviço, sociedade, dentre outros). Os prêmios públicos, em sua maioria, são compostos por modelos gerenciais, conhecidos como modelos de excelência em gestão.

Esses modelos são focados numa gama de atividades gerenciais, comportamentos e processos que influenciam a qualidade dos produtos e serviços entregues pelas organizações e contêm critérios a serem atendidos pelo setor. Eles estão baseados nos princípios, conceitos e linguagem próprios da natureza pública das organizações.

— Critérios de Excelência em Gestão Pública

Critérios de Excelência definem o que uma organização deve apresentar para que seu modelo de gestão seja considerado compatível com o modelo de determinada premiação. Os critérios constituem-se de requisitos, e a forma de atingi-los é determinada pela própria organização.

Os critérios de grande parte dos prêmios existentes atualmente baseiam-se nos critérios de três premiações: o japonês, Prêmio Deming; o europeu, EQA (do inglês, *European Quality Award*); e o norte-americano, *Malcolm Baldrige National Quality Award* (MBNQA).

Cada premiação elenca os seus critérios de acordo com o enfoque desejado, por exemplo, o Prêmio Deming é mais voltado para a implementação de ferramentas de controle estatístico da qualidade, enquanto que o EQA possui maior foco no impacto na sociedade e na gestão de pessoas da organização.

O objetivo do Prêmio Nacional da Gestão Pública - PQGF é o de elevar o padrão dos serviços públicos prestados e aumentar a competitividade do país. O prêmio está inserido no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), criado em 2005, a partir da união do Programa de Qualidade no Serviço Público com o Programa Nacional de Desburocratização.

O modelo de excelência utilizado pelo PQGF é o Modelo de Excelência em Gestão Pública - MEGP, cujos critérios são voltados para os clientes externos e internos da organização, inspirados nos critérios do Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ, que são utilizados para organizações privadas.

Esses critérios estão em constante atualização, de forma a estarem alinhados com o que há de mais atual em excelência em gestão e com as mudanças que ocorrem na administração pública.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO MATO GROSSO

GEOGRAFIA. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO: A CONQUISTA E A EXPANSÃO DA AMAZÔNIA COLONIAL; A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO ATUAL

A Amazônia, o maior bioma do Brasil e lar da maior floresta tropical do mundo, abrange nove países da América do Sul, incluindo Bolívia, Equador e Peru. Essa vasta região contribui com um quinto da água doce que flui para os oceanos globais. Dos 100 mil tipos de plantas presentes nos países sul-americanos, 30 mil são encontradas na Amazônia.

Ao longo do tempo, o cenário amazônico passou por transformações significativas. Inicialmente, durante a colonização europeia, a Amazônia era um espaço minimamente alterado, predominando uma extensa área natural utilizada principalmente para atividades extrativistas. Algumas áreas eram destinadas a pequenas lavouras, conhecidas como “roças”. Nesse período, as modificações na natureza eram limitadas, pois a população utilizava apenas o necessário para sua subsistência, sem as grandes rodovias existentes atualmente. Os rios, apesar de serem utilizados como vias de transporte e fonte de alimentos, não sofriam a poluição observada nos dias de hoje.

Contudo, nas últimas décadas, a situação mudou devido a fatores sociais, políticos e econômicos. O governo passou a incentivar grandes investimentos na Amazônia, desencadeando um processo intenso e muitas vezes violento de ocupação e povoamento. Esse processo resultou em inúmeras consequências negativas para o espaço amazônico, como a desordenada derrubada da mata, a implementação de projetos lucrativos para poucos e a grilagem de grandes propriedades rurais por grandes latifundiários.

O bioma enfrenta sérios problemas de degradação devido à exploração ilegal de madeira e ao avanço da agropecuária. Em resposta a esses desafios, o governo brasileiro criou o programa Amazônia Legal, visando promover a sustentabilidade, aliada ao desenvolvimento social e econômico das populações amazônicas. Atualmente, nove estados fazem parte do projeto: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

Destaques sobre a Amazônia

- Considerada a região de maior biodiversidade do planeta.
- Não é exclusiva do território brasileiro, abrangendo áreas de outros países.
- Engloba a Floresta Amazônica, maior floresta tropical do mundo, e a Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do planeta.
- Possui uma fauna extremamente rica, com mais de 30 milhões de espécies.
- Sua flora é diversificada, composta por árvores, ervas, arbustos, lianas e trepadeiras.

- Aproximadamente 17% do bioma foi devastado nos últimos 50 anos.

Devastação

Nas últimas décadas, a Amazônia testemunhou um aumento significativo no desmatamento de suas extensões. Uma pesquisa conduzida pelo norte-americano Thomas Lovejoy, professor da George Mason University, e pelo brasileiro Carlos Nobre, coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Mudanças Climáticas, alerta para o risco de perdas irreversíveis no bioma Amazônia devido a essa prática. De acordo com os pesquisadores, o desmatamento já atingiu 17% nos últimos 50 anos, aproximando-se do limite crítico de 20%, além do qual as consequências para o clima e o ciclo hidrológico poderiam se tornar irreversíveis.

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) relata um aumento expressivo de aproximadamente 40% no desmatamento do bioma entre os anos de 2017 e 2018, resultando na perda de quase 4.000 km² de mata nativa. Essa devastação ocorreu predominantemente em áreas privadas, assentamentos e unidades de conservação. A persistência desse padrão de desmatamento levanta sérias preocupações quanto ao impacto ambiental e destaca a urgência de medidas eficazes para preservar a Amazônia e suas funções vitais no equilíbrio ambiental global.



Localização do bioma Amazônia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (Fonte: IBGE.)

O processo de ocupação com fins econômicos tem gerado, e continua gerando, uma série de problemas ambientais na Amazônia, como desmatamento, queimadas, tráfico de espécies animais e vegetais, entre outros. A seguir, apresentamos a ordem cronológica da ocupação e destruição da maior floresta tropical do mundo:

1494: O Tratado de Tordesilhas, assinado entre Portugal e Espanha, concedeu aos espanhóis o domínio da porção oeste da América do Sul, onde se localiza a Floresta Amazônica.

1540: Apesar do domínio espanhol na região, os portugueses ocuparam a Amazônia, impedindo a invasão de ingleses, franceses e holandeses na floresta.

1637: Os portugueses realizaram a primeira grande expedição pela Amazônia, explorando frutos como cacau e castanha.

1750: Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, concedendo o domínio da Floresta Amazônica àquele que realizasse sua ocupação e exploração. Os portugueses conquistaram esse direito.

Final do século XIX: Período marcado pela exploração da borracha, que se tornou expressiva para a economia local.

1960: Com receio de internacionalização, os militares promoveram obras de infraestrutura, como a Transamazônica, visando integrar a Amazônia ao restante do país.

1970: Políticas públicas de ocupação levaram a um aumento populacional significativo, atingindo sete milhões de habitantes. Surgiram os primeiros problemas ambientais, com 14 milhões de hectares desmatados.

1980: Intensificação dos desmatamentos, impulsionados pela venda de madeira e expansão agropecuária. A Amazônia, erroneamente considerada o “pulmão do mundo”, sofreu pressões internacionais.

1988: Introdução do PRODES para monitorar o desmatamento na Amazônia. Assassinato do ativista Chico Mendes.

1990: Cultivo de soja na região, alcançando 41 milhões de hectares desmatados.

2000: Introdução da pecuária em larga escala, com 64 milhões de cabeças de gado. Expansão urbana e aumento populacional, com mais de 21 milhões de pessoas na região.

2005–2009: Início de políticas eficazes de preservação ambiental. Assassinato da ambientalista Dorothy Stang e desmatamento de 70 milhões de hectares. Entre 2008 e 2009, o menor índice de desmatamento em 20 anos, sendo 46% inferior ao período anterior.

O ESPAÇO NATURAL: ESTRUTURA GEOLÓGICA E CARACTERÍSTICAS DO RELEVO

Relevo

Conforme a classificação de Ross (1996), como descrito por Vasconcelos (2005), o relevo do Estado de Mato Grosso exibe três tipos de unidades geomorfológicas que refletem suas origens:

Planaltos

- *Planaltos em bacias sedimentares*: Estas são quase inteiramente circundadas por depressões marginais, apresentando relevos escarpados em relação às depressões circundantes ou incorporados em seu interior. Exemplos incluem o Planalto e Chapada dos Parecís, o Planalto e Chapada dos Guimarães, e o Planalto dos Alcantilados-Alto Araguaia. Esses planaltos integram o planalto central brasileiro, com extensiva substituição da cobertura original de cerrados pela agricultura tecnificada.

- *Planaltos em intrusões e coberturas residuais de plataforma*: Estas unidades não são exclusivamente compostas por coberturas sedimentares residuais, mas também por serras e morros isolados associados a intrusões graníticas, derrames vulcânicos antigos e dobramentos. Exemplos incluem Planaltos e Serras Residuais do Norte de Mato Grosso e Planaltos e Serras Residuais do Guaporé-Jauru.

- *Planaltos em cinturões orogênicos*: Estes ocorrem em faixas de orogenia ou dobramentos antigos, sendo relevos residuais sustentados por rochas metamórficas associadas a intrusivas. Em Mato Grosso, estão relacionados às estruturas dobradas do cinturão Paraguai-Araguaia, como a Província Serrana/Serras Residuais do Alto Paraguai, Planalto do Arruda-Mutum e Planalto de São Vicente.

Depressões periféricas e marginais

Essas depressões são geradas por processos erosivos nos contatos das bordas das bacias sedimentares com maciços antigos. Atividades erosivas esculpam depressões periféricas, marginais e monoclinais, circundando as bordas das bacias e se interpondo entre estas e os maciços antigos do cristalino.

Planícies

Relevos enquadrados como Planícies são áreas planas geradas por deposição fluvial de sedimentos recentes, predominantemente associadas a processos agradacionais recentes do Quaternário, especialmente do Holoceno. Três grandes unidades de planícies e pantanais foram identificadas em Mato Grosso: Planície e Pantanal do Rio Guaporé, Planície e Pantanal do Rio Paraguai e Planície do Rio Araguaia.

Além disso, foram identificadas diversas depressões em Mato Grosso, incluindo a do Norte de Mato Grosso, do Guaporé, do Araguaia, do Alto Paraguai, Cuiabana e a Depressão Interplanáltica de Paranatinga.

Solo

Os ambientes naturais diversificados do Estado de Mato Grosso refletem uma variedade de coberturas pedológicas, destacando-se as seguintes classes de solos em termos de extensão:

- Latossolo Vermelho-Amarelo e Latossolo Vermelho-Escuro: Aproximadamente 366.389,81 km².

- Podzólicos Vermelho-Amarelos: Cerca de 216.286,72 km².

- Areias Quartzosas: Com uma extensão de 116.202,38 km², todas em caráter de dominância.

Os Latossolos e Podzólicos, presentes em áreas de relevos planos e suavemente ondulados sob Cerrados e Florestas, são predominantemente ácidos e de baixa fertilidade, requerendo correção com calcário e adubação química para uso agropecuário. Os Latossolos na parte centro-sul do Estado, sobre planaltos e chapadas, apresentam condições físicas excelentes para a prática de agricultura mecanizada.

Os Podzólicos sob florestas, distribuídos na parte norte do Estado, demandam atenção especial devido ao regime climático (predominantemente sob clima equatorial), menor profundidade efetiva, presença de cascalhos, pedregosidade e gradiente textural, tornando-os mais suscetíveis a processos erosivos.

Os solos de areias quartzosas, com baixa retenção de umidade e nutrientes, podem ser utilizados para preservação, culturas adaptadas, pastagens nativas e reflorestamentos.

Destacam-se, devido à fertilidade mais elevada, os Podzólicos Vermelho-Escuros e Terras Roxas Estruturadas, encontrados em pequenas áreas no embasamento cristalino ao norte do Estado. No sudeste, como dominantes, ocupam um total de 1.282,66 km², distribuídos em relevo suave ondulado a ondulado, tornando-se suscetíveis a processos erosivos.

No Planalto de Tapirapuã, os Latossolos Roxos ocupam 1.576,34 km². Outras classes de solos ocorrem em menor extensão, incluindo Cambissolos, Solos Litólicos, Planossolos e Solos Concrecionários, todos caracterizados por baixa fertilidade natural.

ECOSSISTEMAS FLORESTAIS E NÃO-FLORESTAIS

A vegetação no Estado de Mato Grosso está inserida nos Biomas e/ou Domínios dos Cerrados e das Florestas, conforme definido pela SEPLAN/CNEC (2002), em consonância com a classificação de Ab'Saber (1977). No bioma do Cerrado, a fisionomia vegetal predominante é caracterizada por bosques abertos, compostos por árvores contorcidas e de pequena estatura (entre 8 e 12 metros), acompanhadas por um estrato arbustivo e herbáceo onde predominam gramíneas e leguminosas.

Devido a peculiaridades edáficas, topográficas e climáticas desse bioma, destacam-se os seguintes tipos relevantes no Estado, conforme estudos da SEPLAN/CNEC (2002):

- Campo Cerrado (Savana Parque): Nesta fisionomia, predomina o componente herbáceo e arbustivo, com árvores esparsas, formando uma expressão campestre da savana conhecida como "Campo Cerrado". Possui uma diversificada composição florística, com arbustos e árvores de 1 a 2 metros de altura, características da Savana Arborizada.

- Cerrado Propriamente Dito (Savana Arborizada): Caracteriza-se por um tapete gramíneo lenhoso contínuo, com presença de espécies arbóreas de troncos retorcidos e folhas grandes. Variações fisionômicas e estruturais, decorrentes de características pedológicas e perturbações antropogênicas, resultam em distribuição irregular de indivíduos, com alturas entre 2 e 7 metros.

- Cerradão (Savana Florestada): Esta expressão florestal das formações savânicas apresenta árvores de troncos grossos, dossel simples, e estratificação lenhosa perenifólia. Não possui um estrato arbustivo nítido, e o estrato gramíneo é entremeado por espécies lenhosas de pequeno porte. Alcança alturas em torno de 15 a 18 metros, com uma composição florística diversificada.

- Florestas de Galeria: Estas florestas, também conhecidas como matas ciliares, iniciam-se nos nascedouros dos ribeirões, formando alamedas de buritis (*Mauritia*.sp). Ao longo dos cursos d'água, adquirem outras espécies arbóreas, ocupando gradualmente as "rampas" dos interflúvios. As matas ciliares são consideradas o fim da área nuclear do Domínio dos Cerrados.

No Bioma das Florestas, que compreende as Florestas Ombrófila e Estacional, destacam-se:

- Floresta Ombrófila: Presente no extremo Noroeste do Estado, esta formação florestal pluriestratificada possui dossel de 20 a 30 metros de altura e emergentes que atingem até 45 metros. Predominam espécies perenifólias, com a presença frequente de epífitas, lianas e plantas escandentes.

- Floresta Estacional: Associada à estacionalidade climática e solos mais férteis do que nas Savanas, esta floresta ocorre entre os paralelos 10°00' e 14°00'S. A faixa de contatos, chamada de áreas de transição, representa comunidades indiferenciadas entre dois ou mais tipos de vegetação, podendo ser enclaves preservados ou ecótonos onde diferentes tipos de vegetação se misturam.

- Complexo do Pantanal: Considerado uma área de transição entre os Domínios dos Cerrados e o Chaco Central, o Pantanal é um hotspot fitogeográfico que convergem quatro das principais províncias fitogeográficas da América do Sul: Amazônia, Cerrados, Florestas Meridionais e Chaquenha. A dinâmica de cheias e vazantes contribui para uma complexidade biótica única, com pequenas variações de terreno condicionando formações vegetais distintas.

O CLIMA

Clima

O Estado de Mato Grosso apresenta um clima predominantemente continental, caracterizado por duas estações bem-definidas:

- Verão Chuvoso: Esta estação ocorre de outubro a março, compreendendo a primavera e o verão.

- Inverno Seco: Inicia em abril e se estende até setembro, abrangendo o outono e o inverno.

A variação nas médias de temperatura é influenciada principalmente por dois fatores: a ampla extensão do território no sentido norte-sul e a localização no interior do continente, resultando em uma reduzida influência marítima. Essa configuração climática contribui para uma baixa amplitude térmica.

No extremo norte do estado, a temperatura média anual atinge cerca de 26°C, enquanto no extremo sul, essa média é de 22°C. As variações diárias de temperatura podem ser significativas apenas durante a penetração de massas de ar frio de origem polar, principalmente nos meses de junho e julho.

O regime de chuvas segue um padrão tropical continental:

- Estação Chuvosa: De outubro a março, abrangendo primavera e verão.

- Estação Seca: De abril a setembro, compreendendo outono e inverno.

As médias anuais de chuva variam de 1.250 a 2.750 mm. Na região norte do estado, as precipitações ultrapassam os 2.000 mm por ano, enquanto no Pantanal, a média é inferior a 1.200 mm.

Dois principais tipos de clima predominam em Mato Grosso:

- Clima Equatorial: No norte do estado, caracterizado por chuvas intensas ao longo de todo o ano, com temperaturas elevadas. Essa área sofre a influência da massa equatorial continental, resultando em altas temperaturas, baixas pressões atmosféricas, forte evaporação e intensas precipitações.

- Clima Tropical Continental: Apresenta duas estações distintas, uma chuvosa e outra seca. No verão, essa região é influenciada pela massa equatorial continental, enquanto no inverno, essa massa

LEGISLAÇÃO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS): PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO; POLÍTICAS DE SAÚDE; ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES E SUAS RELAÇÕES COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE

O que é o Sistema Único de Saúde (SUS)?

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidades, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica.

AVANÇO: Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. No período anterior a CF-88, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, aproximadamente 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas.

Estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas co-responsabilidades.

Ministério da Saúde

Gestor nacional do SUS, formula, normatiza, fiscaliza, monitora e avalia políticas e ações, em articulação com o Conselho Nacional de Saúde. Atua no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) para pactuar o Plano Nacional de Saúde. Integram sua estrutura: Fiocruz, Funasa, Anvisa, ANS, Hemobrás, Inca, Into e oito hospitais federais.

Secretaria Estadual de Saúde (SES)

Participa da formulação das políticas e ações de saúde, presta apoio aos municípios em articulação com o conselho estadual e participa da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) para aprovar e implementar o plano estadual de saúde.

Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Planeja, organiza, controla, avalia e executa as ações e serviços de saúde em articulação com o conselho municipal e a esfera estadual para aprovar e implantar o plano municipal de saúde.

Conselhos de Saúde

O Conselho de Saúde, no âmbito de atuação (Nacional, Estadual ou Municipal), em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Cabe a cada Conselho de Saúde definir o número de membros, que obedecerá a seguinte composição: 50% de entidades e movimentos representativos de usuários; 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de saúde e 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

Comissão Intergestores Tripartite (CIT)

Foro de negociação e pactuação entre gestores federal, estadual e municipal, quanto aos aspectos operacionais do SUS

Comissão Intergestores Bipartite (CIB)

Foro de negociação e pactuação entre gestores estadual e municipais, quanto aos aspectos operacionais do SUS

Conselho Nacional de Secretário da Saúde (Conass)

Entidade representativa dos entes estaduais e do Distrito Federal na CIT para tratar de matérias referentes à saúde

Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)

Entidade representativa dos entes municipais na CIT para tratar de matérias referentes à saúde

Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems)

São reconhecidos como entidades que representam os entes municipais, no âmbito estadual, para tratar de matérias referentes à saúde, desde que vinculados institucionalmente ao Conasems, na forma que dispuserem seus estatutos.

Responsabilidades dos entes que compõem o SUS

União

A gestão federal da saúde é realizada por meio do Ministério da Saúde. O governo federal é o principal financiador da rede pública de saúde. Historicamente, o Ministério da Saúde aplica metade de todos os recursos gastos no país em saúde pública em todo o

Brasil, e estados e municípios, em geral, contribuem com a outra metade dos recursos. O Ministério da Saúde formula políticas nacionais de saúde, mas não realiza as ações. Para a realização dos projetos, depende de seus parceiros (estados, municípios, ONGs, fundações, empresas, etc.). Também tem a função de planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

Estados e Distrito Federal

Os estados possuem secretarias específicas para a gestão de saúde. O gestor estadual deve aplicar recursos próprios, inclusive nos municípios, e os repassados pela União. Além de ser um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais de saúde, o estado formula suas próprias políticas de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível estadual, respeitando a normatização federal. Os gestores estaduais são responsáveis pela organização do atendimento à saúde em seu território.

Municípios

São responsáveis pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito do seu território. O gestor municipal deve aplicar recursos próprios e os repassados pela União e pelo estado. O município formula suas próprias políticas de saúde e também é um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal. Pode estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população, para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer.

História do sistema único de saúde (SUS)

As duas últimas décadas foram marcadas por intensas transformações no sistema de saúde brasileiro, intimamente relacionadas com as mudanças ocorridas no âmbito político-institucional. Simultaneamente ao processo de redemocratização iniciado nos anos 80, o país passou por grave crise na área econômico-financeira.

No início da década de 80, procurou-se consolidar o processo de expansão da cobertura assistencial iniciado na segunda metade dos anos 70, em atendimento às proposições formuladas pela OMS na Conferência de Alma-Ata (1978), que preconizava “Saúde para Todos no Ano 2000”, principalmente por meio da Atenção Primária à Saúde.

Nessa mesma época, começa o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, constituído inicialmente por uma parcela da intelectualidade universitária e dos profissionais da área da saúde. Posteriormente, incorporaram-se ao movimento outros segmentos da sociedade, como centrais sindicais, movimentos populares de saúde e alguns parlamentares.

As proposições desse movimento, iniciado em pleno regime autoritário da ditadura militar, eram dirigidas basicamente à construção de uma nova política de saúde efetivamente democrática, considerando a descentralização, universalização e unificação como elementos essenciais para a reforma do setor.

Várias foram as propostas de implantação de uma rede de serviços voltada para a atenção primária à saúde, com hierarquização, descentralização e universalização, iniciando-se já a partir do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), em 1976.

Em 1980, foi criado o Programa Nacional de Serviços Básicos de Saúde (PREV-SAÚDE) - que, na realidade, nunca saiu do papel -, logo seguida pelo plano do Conselho Nacional de Administração da

Saúde Previdenciária (CONASP), em 1982 a partir do qual foi implementada a política de Ações Integradas de Saúde (AIS), em 1983. Essas constituíram uma estratégia de extrema importância para o processo de descentralização da saúde.

A 8ª Conferência Nacional da Saúde, realizada em março de 1986, considerada um marco histórico, consagra os princípios preconizados pelo Movimento da Reforma Sanitária.

Em 1987 é implementado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), como uma consolidação das Ações Integradas de Saúde (AIS), que adota como diretrizes a universalização e a equidade no acesso aos serviços, à integralidade dos cuidados, a regionalização dos serviços de saúde e implementação de distritos sanitários, a descentralização das ações de saúde, o desenvolvimento de instituições colegiadas gestoras e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos.

O capítulo dedicado à saúde na nova Constituição Federal, promulgada em outubro de 1988, retrata o resultado de todo o processo desenvolvido ao longo dessas duas décadas, criando o Sistema Único de Saúde (SUS) e determinando que “a saúde é direito de todos e dever do Estado” (art. 196).

Entre outros, a Constituição prevê o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com regionalização e hierarquização, descentralização com direção única em cada esfera de governo, participação da comunidade e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.

A Lei nº 8.080, promulgada em 1990, operacionaliza as disposições constitucionais. São atribuições do SUS em seus três níveis de governo, além de outras, “ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde” (CF, art. 200, inciso III).

Princípios do SUS

São conceitos que orientam o SUS, previstos no artigo 198 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 7º do Capítulo II da Lei n.º 8.080/1990. Os principais são:

Universalidade: significa que o SUS deve atender a todos, sem distinções ou restrições, oferecendo toda a atenção necessária, sem qualquer custo;

Integralidade: o SUS deve oferecer a atenção necessária à saúde da população, promovendo ações contínuas de prevenção e tratamento aos indivíduos e às comunidades, em quaisquer níveis de complexidade;

Equidade: o SUS deve disponibilizar recursos e serviços com justiça, de acordo com as necessidades de cada um, canalizando maior atenção aos que mais necessitam;

Participação social: é um direito e um dever da sociedade participar das gestões públicas em geral e da saúde pública em particular; é dever do Poder Público garantir as condições para essa participação, assegurando a gestão comunitária do SUS; e

Descentralização: é o processo de transferência de responsabilidades de gestão para os municípios, atendendo às determinações constitucionais e legais que embasam o SUS, definidor de atribuições comuns e competências específicas à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

Principais leis

Constituição Federal de 1988: Estabelece que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e aos serviços

para sua promoção, proteção e recuperação”. Determina ao Poder Público sua “regulamentação, fiscalização e controle”, que as ações e os serviços da saúde “integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”; define suas diretrizes, atribuições, fontes de financiamento e, ainda, como deve se dar a participação da iniciativa privada.

Lei Orgânica da Saúde (LOS), Lei n.º 8.080/1990: Regulamenta, em todo o território nacional, as ações do SUS, estabelece as diretrizes para seu gerenciamento e descentralização e detalha as competências de cada esfera governamental. Enfatiza a descentralização político-administrativa, por meio da municipalização dos serviços e das ações de saúde, com redistribuição de poder, competências e recursos, em direção aos municípios. Determina como competência do SUS a definição de critérios, valores e qualidade dos serviços. Trata da gestão financeira; define o Plano Municipal de Saúde como base das atividades e da programação de cada nível de direção do SUS e garante a gratuidade das ações e dos serviços nos atendimentos públicos e privados contratados e conveniados.

Lei n.º 8.142/1990: Dispõe sobre o papel e a participação das comunidades na gestão do SUS, sobre as transferências de recursos financeiros entre União, estados, Distrito Federal e municípios na área da saúde e dá outras providências.

Institui as instâncias colegiadas e os instrumentos de participação social em cada esfera de governo.

Responsabilização Sanitária

Desenvolver responsabilização sanitária é estabelecer claramente as atribuições de cada uma das esferas de gestão da saúde pública, assim como dos serviços e das equipes que compõem o SUS, possibilitando melhor planejamento, acompanhamento e complementaridade das ações e dos serviços. Os prefeitos, ao assumir suas responsabilidades, devem estimular a responsabilização junto aos gerentes e equipes, no âmbito municipal, e participar do processo de pactuação, no âmbito regional.

Responsabilização Macrossanitária

O gestor municipal, para assegurar o direito à saúde de seus munícipes, deve assumir a responsabilidade pelos resultados, buscando reduzir os riscos, a mortalidade e as doenças evitáveis, a exemplo da mortalidade materna e infantil, da hanseníase e da tuberculose. Para isso, tem de se responsabilizar pela oferta de ações e serviços que promovam e protejam a saúde das pessoas, previnam as doenças e os agravos e recuperem os doentes. A atenção básica à saúde, por reunir esses três componentes, coloca-se como responsabilidade primeira e intransferível a todos os gestores. O cumprimento dessas responsabilidades exige que assumam as atribuições de gestão, incluindo:

- execução dos serviços públicos de responsabilidade municipal;
- destinação de recursos do orçamento municipal e utilização do conjunto de recursos da saúde, com base em prioridades definidas no Plano Municipal de Saúde;
- planejamento, organização, coordenação, controle e avaliação das ações e dos serviços de saúde sob gestão municipal; e
- participação no processo de integração ao SUS, em âmbito regional e estadual, para assegurar a seus cidadãos o acesso a serviços de maior complexidade, não disponíveis no município.

Responsabilização Microssanitária

É determinante que cada serviço de saúde conheça o território sob sua responsabilidade. Para isso, as unidades da rede básica devem estabelecer uma relação de compromisso com a população a ela adstrita e cada equipe de referência deve ter sólidos vínculos terapêuticos com os pacientes e seus familiares, proporcionando-lhes abordagem integral e mobilização dos recursos e apoios necessários à recuperação de cada pessoa. A alta só deve ocorrer quando da transferência do paciente a outra equipe (da rede básica ou de outra área especializada) e o tempo de espera para essa transferência não pode representar uma interrupção do atendimento: a equipe de referência deve prosseguir com o projeto terapêutico, interferindo, inclusive, nos critérios de acesso.

Instâncias de Pactuação

São espaços intergovernamentais, políticos e técnicos onde ocorrem o planejamento, a negociação e a implementação das políticas de saúde pública. As decisões se dão por consenso (e não por votação), estimulando o debate e a negociação entre as partes.

Comissão Intergestores Tripartite (CIT): Atua na direção nacional do SUS, formada por composição paritária de 15 membros, sendo cinco indicados pelo Ministério da Saúde, cinco pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde (Conass) e cinco pelo Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). A representação de estados e municípios nessa Comissão é, portanto regional: um representante para cada uma das cinco regiões existentes no País.

Comissões Intergestores Bipartites (CIB): São constituídas paritariamente por representantes do governo estadual, indicados pelo Secretário de Estado da Saúde, e dos secretários municipais de saúde, indicados pelo órgão de representação do conjunto dos municípios do Estado, em geral denominado Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems). Os secretários municipais de Saúde costumam debater entre si os temas estratégicos antes de apresentarem suas posições na CIB. Os Cosems são também instâncias de articulação política entre gestores municipais de saúde, sendo de extrema importância a participação dos gestores locais nesse espaço.

Espaços regionais: A implementação de espaços regionais de pactuação, envolvendo os gestores municipais e estaduais, é uma necessidade para o aperfeiçoamento do SUS. Os espaços regionais devem-se organizar a partir das necessidades e das afinidades específicas em saúde existentes nas regiões.

Descentralização

O princípio de descentralização que norteia o SUS se dá, especialmente, pela transferência de responsabilidades e recursos para a esfera municipal, estimulando novas competências e capacidades político-institucionais dos gestores locais, além de meios adequados à gestão de redes assistenciais de caráter regional e macrorregional, permitindo o acesso, a integralidade da atenção e a racionalização de recursos. Os estados e a União devem contribuir para a descentralização do SUS, fornecendo cooperação técnica e financeira para o processo de municipalização.